

Algumas considerações sobre o Estado e a barbárie moderna

Marina Costin Fuser*

Resumo

O presente trabalho lança luz sobre algumas interfaces da barbárie perpetrada pelo Estado em sua acepção moderna, a partir do genocídio armênio pelo império Turco-Otomano e seus desdobramentos no Brasil após o golpe de 1964. A partir dos apontamentos delineados por autores como Hannah Arendt, Tzvetan Todorov e Christophe Dejours, elaboro uma reflexão sobre o emprego da violência e da tortura pelo Estado, em momentos em que a exceção passa a ser, em si mesma, uma regra.

Abstract

The present work emphasizes a few interfaces of barbarianism portrayed by the State in its modern concept, from the Armenian genocide by the Ottoman Empire and its echoes in Brazil after the coup d'état of 1964. Based on the concepts of Hannah Arendt, Tzvetan Todorov and Christophe Dejours, I elaborate a reflexion about the use of violence and torture by the State, in moments in which exception becomes a rule in itself.

A relação conflituosa entre Eros e Thanatos acompanha a história das civilizações e se circunscreve nas trajetórias de vida de cada indivíduo. A história das civilizações é imbricada por uma sucessão de transformações da violência (Freud apud Koltai, 2002, p. 36). Freud volta os seus olhos à barbárie humana, como algo inerente ao homem. Koltai

* Mestre em Ciências Sociais pela PUCSP. Email: marinacfuser@hotmail.com

resgata a ideia já presente em Freud de um “homem habitado pela pulsão de morte” (Koltai, 2002). Em *Mal-estar da civilização*, Freud observa como a violência envereda pelos trilhos do progresso. Nas palavras de Koltai: “Se Freud nos alertou para a barbárie e o genocídio como próprios do humano, ainda não conheceu o pior, pois morreu antes de Auschwitz e Hiroshima, que acabaram com o mito da ciência boa e amiga da humanidade” (Koltai, 2002).

Os episódios modernos que fizeram ruir o mito da ciência positiva, como o genocídio de albaneses pelo império turco-otomano na Armênia entre 1913-1923, e, sobretudo, a Shoah (versão iídiche da palavra “holocausto”) – que levou à prática do assassinato em massa utilizando-se da mais alta tecnologia –, inauguram e aprofundam uma série de questionamentos quanto aos perigos do avanço tecnológico e às feições modernas da barbárie humana.

A substituição do paradigma religioso pelo científico trouxe ao centro da cena novas interpretações de mundo. A aposta na técnica e no progresso científico foi tamanha que se perdeu de vista o perigo que se circunscreve na desumanização das relações sociais que cada vez mais burocratizadas, passam a funcionar como engrenagens de um sistema complexo, desumano e obscuro.

As palavras inscritas na bandeira nacional brasileira “ordem e progresso” são elucidativas de uma exaltação positiva do progresso, como um valor supremo. A ideia de progresso adquire um caráter redentor. Uma vez sacralizado, o seu questionamento passa a ser reprovável tal como uma heresia. A incipiente industrialização brasileira dá seu primeiro grande salto com o Estado militarizado: a ditadura do Estado Novo. Getúlio Vargas, a grande personalidade que abriu caminho para o progresso pela via das armas. Sob a égide da ditadura do Estado Novo, são criadas indústrias de ponta, como a Companhia Nacional de Petróleo (1938), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), A Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Beneficiado com o êxodo rural decorrente da crise do café e a redução das importações decorrente da crise econômica propiciada pela II Guerra Mundial, Getúlio apostou no progresso. O golpe foi justificado por suposta “infiltração comunista”, a ameaça de uma guerra civil. Frente a uma crise institucional, Vargas oferece a promessa de segurança, bem-estar e prosperidade. Sua constituição, conhecida como “Polaca” foi inspirada na

constituição polonesa, de tendência fascista. Os meios de comunicação foram censurados, os grupos de oposição política foram perseguidos e disciplinados pelas armas, a política econômica seguia uma orientação nacionalista. O progresso da nação custou-nos muito caro.

A violência e a tortura não tiveram origem na modernidade, mas nesse momento adquirem um estatuto racional e científico, executadas por funcionários comuns que cumprem ordens de seus superiores, sem que haja ruptura com o contrato social. Nas palavras de Tzvetan Todorov: “Matando e torturando, os guardas conformam-se às leis de seu país e às ordens de seus superiores”. Gilbert já assinalava: “não há limite para o número que se pode matar, de maneira fria e sistemática, em nome do ‘imperativo categórico militar’” (Gilbert apud Todorov, 1995, p. 141). Banalizado, o mal é exacerbado, uma vez que é operado por funcionários obedientes, homens comuns, que seguiam as leis, faziam valer o “imperativo categórico militar”, através de operações racionais com o emprego da mais avançada tecnologia destinada à tortura e à morte.

Porém, devemos tomar cuidado: a analogia entre o autoritarismo de Vargas e o totalitarismo nazista se dá por seus pontos de aproximação. Quanto à natureza, os atributos e os procedimentos dos regimes, a diferença entre os dois regimes é bastante significativa. Só para elencar algumas diferenças entre os dois modelos de regime, podemos afirmar que no autoritarismo brasileiro não houve a prática de genocídio, bem como campos de extermínio. Os mecanismos de controle não adquiriram as proporções assustadoras como no nazismo – a perseguição buscava na população alvos específicos como meio de impor disciplina àqueles que supostamente apresentavam ameaça (pela ação, não por atributos físicos, étnico-raciais). No totalitarismo, o controle sobre a população é levado até as últimas consequências.

Tanto no Estado Novo, como ao longo dos vinte anos que se seguiram após o golpe militar de 1964, a violência e a tortura passaram a ser instrumentos de governo. Com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), estava instaurado o estado de sítio: o derramamento de sangue e as torturas se tornaram práticas cotidianas, através de operações e órgãos governamentais responsáveis pelo sequestro e a tortura de suspeitos de “subversão”. Trata-se da operação bandeirantes (Oban); com funcionários do exército, da marinha, da aeronáutica, das polícias civil e federal, da

força pública e da guarda civil e os departamentos, onde a tortura era método de extração de informação e de dessubjetivação: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Nas palavras de Patrick Dove (2005):

As técnicas de dessubjetivação variam entre os extremos da tortura a privações e invasões aparentemente insignificantes. Em concordância com vários estudos sobre os efeitos da tortura, o relato indica que, para além do objetivo de extrair informação, a tortura busca desarmar a subjetividade da vítima. Frequentemente acompanhada por violência sexual, a tortura dramatiza a profunda assimetria de poder entre torturador e torturado, utilizando essa brecha aplastante para privar a vítima de todo recurso de significação. As invasões convertem o corpo, a voz e as emoções da vítima em instrumentos de poder (...) A tortura procura produzir a perda de controle sobre as funções subjetivas, que funcionam como um signo da morte subjetiva.

Quem o Estado pretendia disciplinar? Assim como no totalitarismo, tanto a ditadura do Estado Novo, como esta última, se balizam na noção de “inimigo interno”. De acordo com Todorov (1995, p. 143):

Todas as doutrinas extremistas servem-se do princípio “quem não é a favor é contra mim” (que infelizmente provém do Evangelho), mas nem todas prosseguem: “E quem é contra mim deve perecer”; nem todas, dispõem dos meios do Estado totalitário para executar a ameaça contida nesse princípio. O que mais especificamente caracteriza o totalitarismo é que o inimigo se encontra no próprio interior do país.

A noção de inimigo interno serviu de pretexto para o golpe de 1964: Florestan Fernandes (1977) entende que a ditadura militar foi o recurso utilizado pelas classes dominantes enquanto “mecanismo de autodefesa política” na tentativa de conter o acirramento da luta de classes e dizimar o espectro do comunismo, sentido como uma ameaça no Brasil, tal como em outros países da América Latina. Estão lançadas as bases da caça às bruxas, como ficou conhecido o Macartismo, um plano que durante os anos da Guerra Fria (1945-1991) lançou mão de estratégias de perseguição política aos comunistas dentro e fora do território estadunidense. Preocupado com o avanço do comunismo na Ásia e na Europa Oriental, o Senador Joseph McCarthy desencadeou uma onda de difamação, perseguição e punição contra os elementos acusados de

“subversivos”, que assim como “as bruxas de Salem” de Arthur Miller (1982), não precisavam de provas para ser postos fora de circulação (seja pela prisão, pelo sequestro, ou pelo assassinato – operando à margem da legalidade). As bruxas teriam como destino último a fogueira; o resultado é bastante análogo. Ao recusar-se a delatar um suposto círculo literário cujos membros seriam ligados ao Partido Comunista, Arthur Miller escreve essa peça em 1953, em pleno ápice da histeria macartista nos Estados Unidos. Ele admitia ter assistido a algumas reuniões em 1947 e assinado alguns manifestos, mas alegava a sua inocência frente ao crime de “subversão”, obtendo a anulação de sua sentença em 1958.

Na América Latina, o macartismo estava no cerne de uma onda sucessiva de golpes militares entre as décadas de 1960 e 1970, colocando em relevo a noção de “segurança nacional” cuja autoria se remete ao coronel G. Lincoln diretamente do Pentágono, que divide o mundo em fronteiras ideológicas ao passo que pressupõe a existência de “inimigos internos”. O que está imbricado no conceito de “segurança nacional” é um combate ao comunismo, dentro e fora das fronteiras nacionais. Ambos os conceitos de “inimigo interno” e de “elementos subversivos” foram definidos em termos vagos, de modo a que qualquer opositor pode se converter em uma ameaça, e merece arcar com severas consequências.

Os inimigos foram definidos segundo a ideologia macartista. Todorov assinala, que nos regimes totalitários certas técnicas de despersonalização são levadas a cabo, com o fim de torná-los não humanos. Segundo o autor (1995, p. 199):

Inicialmente há a transformação imposta ao comportamento das vítimas. Antes de serem mortas, elas serão despedidas. Os seres humanos não ficam nus em grupo, não se deslocam nus; privá-los de suas vestes é aproximá-los dos animais. E os guardas comprovam que toda identificação com as vítimas se torna impossível logo que não vêem mais do que corpos nus; as vestes são uma marca de humanidade. Ocorre o mesmo com a obrigação de viver em meio a seus excrementos; ou com regime de subnutrição vigente nos campos, que obriga os detentos a estar constantemente à procura de alimento e prontos a devorar qualquer coisa que seja.

No Brasil, técnicas semelhantes são empregadas por oficiais do DOPS e do DOI-CODI. Em sua tese sobre as mulheres torturadas na ditadura militar brasileira, Olívia Rangel Joffily (2005) observa que a tortura, física ou psicológica, quase sempre envolve algum tipo de agressão sexual: as

roupas raras vezes permaneciam em seus corpos, o estupro era bastante comum, penetração de fios elétricos e objetos metálicos nas regiões erógenas, xingamentos, humilhação, eram usados os recursos mais atrozes para se extrair informação ao passo que se intentava destruí-las, fazer com que se sentissem culpadas por não exercer o desígnio próprio de sua natureza feminina. Relatos de tortura envolvendo os filhos, a tortura de mães na frente dos filhos e ameaças das mais perversas eram empregadas para fragilizá-las. Os relatos colocam a desnudo o quão longe pode ir a barbárie humana.

Todorov sustenta que técnicas de despersonalização envolvem, inclusive, a adoção de uma linguagem própria, para tratar pessoas por números ou categorias. Para o autor: “A redução do indivíduo a uma categoria é inevitável quando se quer estudar os seres humanos, ela se torna perigosa no momento em que se trata de uma interação entre eles: diante de mim, nunca tenho uma categoria, mas sempre e somente pessoas”. Evita-se o contato direto cara-a-cara, a troca de olhares e qualquer aproximação que possibilite enxergar o outro como seu semelhante. Os verbos são ajustados a um vocabulário burocrático-legal. Por exemplo, matar passa a ser designado por executar. Trata-se de uma função, de um serviço a ser cumprido por um funcionário do Estado.

A despersonalização é um processo que também pode se dirigir à vítima. De acordo com Todorov (1995, p. 219):

A despersonalização pode atingir tanto a si próprio quanto o outro: de tanto considerar o outro como um simples elemento de um projeto que o transcende, acaba-se por esquecer que ele é humano: e de tanto nos submetemos às exigências do sistema, transformamo-nos em peça de uma máquina. Animal ou mecanismo, deixa-se igualmente a condição humana.

A submissão do outro, que o impele a sentir-se como um não humano, implica num gozo do poder daquele que o exerce. O gozo de poder, embora em alguns casos possa se assemelhar ao sadismo, não tem o mesmo significado. A diferença reside em que não se trata necessariamente do prazer de infringir a dor sobre o outro (como no sadismo), mas da consciência do poder que se tem sobre o outro. Todorov observa que o gozo de poder assentado na prática de tortura e assassinatos só se faz sentir em circunstâncias extremas. Nesses casos, trata-se do poder máximo que se pode exercer sobre uma pessoa: o poder de decidir sobre a vida e a morte.

Por outro lado, a vida e a morte se remetem também à figura do herói, disposto a sacrificar a vida por um ideal. Todorov lança luz sobre o culto ao herói; um herói socialmente construído, que reverbera nas escolas, nos locais de trabalho, nas mídias, encontrando ressonância por todo o espaço público. Trata-se do herói viril, o herói que sente coragem e não se dobra pelo medo. O herói que “entra pra história” pela narrativa fantástica do ato heróico. Esse herói está presente entre os capatazes e as vítimas, ele é a encarnação daquele que está disposto a combater pela ação em nome de uma ideia que está além dos indivíduos. Para esse herói, algumas vidas quiçá devam ser sacrificadas em nome de um ideal abstrato. São muitos os heróis: heróis da pátria, bravos combatentes, heróis dirigentes do “partidão”, heróis chefes de Estado. Ao designar alguém por herói, seus fiéis servidores curvam-se à sua liderança, alimentando uma confiança irrestrita em torno de sua figura. De acordo com Christophe Dejours (2000): “Ao medo a filosofia moral opõe à razão, em nome da qual o sujeito virtuoso deve vencer seu medo, inclusive o medo de morrer das consequências da violência. Essa atitude é a coragem” (p. 131). Seguindo o modelo espartano, a coragem é ensinada pela dor. Aprende-se a resistir. De acordo com o autor: “O aprendizado da coragem passaria (...) pelo aprendizado da submissão voluntária e da cumplicidade com os que exercem a violência, mesmo sob pretexto ‘didático’!” (p. 129).

A violência precisa de uma justificativa, muitas vezes calcada na ideia de virtude. Os heróis devem estar aptos a infringir violência quando julgarem necessário, ainda que essa violência seja praticada em nome da paz. Qualquer ímpeto de compaixão frente à dor alheia deve ser afastado. Para Dejours:

Tolerar o próprio sofrimento e não reagir pela violência é antes visto como resignação, derrota, desistência e até covardia ou complacência com a dor, o que certamente não é uma conduta viril. (...) invariavelmente, a virilidade é solicitada quando o medo está no cerne da relação. (Ibid., p. 131)

A ideia de virilidade é essencialmente masculina, e está inscrita no vértice diametralmente oposto ao da ideia de fragilidade, atribuído à “natureza feminina”. O mito do herói viril, corajoso, que não chora e não sente medo está imbricado no cerne da educação infantil, nas histórias em que o príncipe desembainha sua espada contra monstros tenebrosos para salvar a bela e frágil princesinha do topo de uma torre. A figura

fálica do poder masculino está presente nos mais diversos âmbitos. Para Dejours:

Recusar a se exercer a violência, para uma mulher, não é jamais demérito aos olhos das outras mulheres. O fato de uma mulher se recusar a praticar o mal contra outrem só pode ser tido como um defeito pelos homens que associam tal recusa à fragilidade, e essa fragilidade à inferioridade congênita das mulheres, o sexo frágil. A fragilidade do sexo frágil não é poder suportar o sofrimento, mas não poder infringi-lo a outrem. (2000, pp. 131-132)

E eis que, de repente, a mulher procura enfrentar a ordem de dominação, postulando-se como sujeito ativo de contestação política? Quantos obstáculos ela tem que enfrentar! O mito do herói combatente não inclui a mulher: ela não pode subir num palanque e falar em transformação política. Ela não pode querer bancar a heroína. Muitas caem na armadilha de tentá-lo – assimilando atributos masculinos para assim conquistar o respeito de seus companheiros. Mas é aí que elas pecam: pois não cabe imitar o herói, mas buscar as vias de contestação ao autoritarismo sem imitar os heróis – uma vez que estes se assemelhem bastante aos seus capatazes, ao reproduzirem os seus métodos, ao não escaparem da lógica de dominação.

No Brasil dos anos 1960, as ditas feministas encontravam-se à margem da militância dos principais partidos políticos, sindicatos e outras instâncias representativas da esquerda. A marginalização acabava causando um *apartheid* entre as esquerdas e os movimentos ditos feministas. Mas, por outro lado, o cotidiano da militância nas esquerdas obrigaria as mulheres a colocar em xeque algumas hierarquias imperantes nas frentes de atuação e nas estruturas político-organizacionais. A politização das mulheres e seu engajamento na luta de classes traziam à tona novos embates e novos questionamentos. Muitas mulheres não mais se contentavam com tarefas meramente organizativas, como colar cartazes e atuar como informantes. Elas queriam estar na linha de frente. Algumas conseguiram cumprir papéis dirigentes. Seria interessante buscar uma análise sobre a maneira com que essas mulheres lidaram com os seus medos, com certa primazia pela coragem circunscrita no mito do herói, sobre a natureza de suas preocupações – ideológicas, sensíveis, etc.

Por mais que certas impunidades só adquiram determinadas proporções em regimes políticos autoritários/totalitários, seus funcionários não são inocentes: a eles foi dado o benefício da escolha. A escolha, naturalmente é limitada pelas circunstâncias do indivíduo naquele dado momento, mas em última análise, pode-se escolher a morte. Todos os que tomam parte – ativa ou passiva – no regime ditatorial, conservam a sua parcela de culpa. A sociedade teve a escolha de combater ou não. Esse combate foi um fator decisivo no processo de reabertura e redemocratização do Brasil – as pressões populares contrárias à ditadura, a luta pela livre expressão.

De acordo com Todorov (1995, p. 150), “a justiça não se reduz à punição”. Punir os responsáveis não é mais importante que o reconhecimento dos crimes por parte de seus agentes. A exigência de punição deve, para retomar Hannah Arendt, partir de uma exigência de justiça e não de vingança. Ao ódio desferido por seus capatazes não pode se responder com ódio – e sim, com uma análise das atitudes particulares de cada um. Todorov observa em Speer que aquele que opta por não querer saber, aquele que prefere fazer vista grossa frente à impunidade, é também responsável pelo que acontece ao seu redor (Speer apud Todorov, 1995 p. 153). A culpabilidade coletiva é partilhada por todos, ainda que cada qual conserve a sua fatia de acordo com as circunstâncias. Ampliando a extensão da culpabilidade aos demais membros da sociedade, não cabe pensar tanto em punir, mas em impedir que um regime autoritário torne a acontecer.

Para Todorov: “Não é possível voltar o curso da história e fazer hoje o que deveria ter sido feito no passado: mas podemos ao menos restabelecer a verdade do já acontecido, mantendo-a presente na memória coletiva” (1995, p. 155). Restabelecer a verdade passa por diferenciar justiça de ressentimento, de narrar uma história contada por muitas vozes, entendida como a narração de uma experiência vivida no passado, e ressignificada com o passar dos anos. A justiça está calcada numa “memória exemplar”, que, diferente da “memória literal”, se ancora na impessoalidade da lei, aplicada por “juizes anônimos”. A testemunha cumpre um papel imprescindível, à medida que traz à tona a verdade. O julgamento dessa verdade, porém, não lhe compete, uma vez que este deve operar pelos princípios da justiça. Todorov propõe uma recusa de uma “celebração invertida do horror”. Narrar é importante, mas a narração em

si mesma não serve para que tiremos as devidas lições da história para impedir que ela venha a se repetir no futuro. Por outro lado, adverte Todorov: “julga-se mal quando nada se compreende: a impessoalidade da lei não deve conduzir à despersonalização daqueles que ela condena: as determinações objetivas de um ato, como as intenções subjetivas de seu agente, devem pesar no julgamento que fazemos dele” (1995, p. 285).

Lembrar, por outro lado, é doloroso. Narrar uma experiência vivida é uma forma de revivê-la, e isso não só faz com que a vítima retorne a momentos insuportáveis, dificultando, portanto, a sua cicatrização, como também pode trazer uma parcela de vergonha – seja a vergonha de não ter salvado uma vida, feito isso ou aquilo diferente, mas também vergonha de se manterem vivos quando outros morreram. Por último, Todorov atenta para uma vergonha a ser partilhada por todos: a vergonha de pertencer à espécie humana – um humano capaz de cometer atrocidades tão ignominiosas! De certo modo, o autor constata que “somos todos testemunhas, de certa maneira, ninguém pode se considerar como imunizado contra essa doença” (1995, p. 291) – a doença dos sobreviventes.

Às diferentes formas de vergonha que se abatem sobre o sobrevivente vêm a se juntar decepções mais recentes, aquelas que a vida em liberdade provoca. De volta à casa, ele não pode deixar de desejar uma espécie de gratificação, após os sofrimentos desumanos que sofreu; ora, ele não a encontra. (...) cada um se sente pressionado a pensar suas próprias feridas e esquecer as desgraças de ontem; os sobreviventes, esses fantasmas, simbolizam um passado que se quer afastar. (1995, pp. 291-292)

Não se encontra mais a intensidade dos absolutos. A salvação que prometia um mundo perfeito ou ideal não aconteceu. Elementos de injustiça e impunidade continuam presentes na sociedade redemocratizada. É preciso conviver com aqueles que conservam as suas pequenas parcelas de culpa, é preciso conviver com aqueles que não querem lembrar. No caso da Shoah, tal como assinala Hannah Arendt, as tentativas de se estabelecer “buracos do esquecimento”, capazes de apagar as provas e as lembranças sobre os ocorridos foi em vão – uma verdadeira destruição dos sentidos. Segundo a autora, “Os buracos do esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para contar a história” (2008, p. 254).

No caso brasileiro, isso não acontece. Não existe julgamento. Todos são abençoados pelo perdão da anistia, que perdoa aos torturadores e aos torturados, independente de seus crimes. Os militantes políticos foram cassados, colocados na cadeia, sob torturas das mais cruéis; eles cumpriram mais do que as suas penas – penas bastantes questionáveis, em muitos casos. Aqueles que cometeram crimes atrozes, como assassinato, estupro, tortura indiscriminada, estes não se sentaram no banco de réus. Mas a injustiça não para por aí: ainda falta restabelecer a verdade dos fatos. Relatos de sobreviventes foram preciosos no sentido de se restabelecer uma história, mas faltam peças nesse quebra-cabeças. Os arquivos do DOPS/DOI-CODI só muito recentemente começaram a ser divulgados publicamente. Os arquivos do exército permanecem em sigilo. Há uma quantidade significativa de desaparecidos políticos, cujos corpos não tiveram sequer a dignidade de ser enterrados junto às suas famílias. Familiares, filhos e netos, ainda se perguntam sobre o que teria acontecido com seus entes queridos. Com tantos enigmas, tamanho apelo ao esquecimento, agentes do Estado continuam a praticar tortura impunemente nas regiões habitadas pelos estratos subalternos da população, nas favelas e subúrbios das grandes cidades. Em um artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 1º de maio de 2010, a psicanalista Maria Rita Kehl denuncia:

Pouca gente se dá conta de que a tortura consentida, por baixo do pano, durante a ditadura militar, é a mesma a que assistimos hoje, passivos e horrorizados. Doença grave, doença crônica contra qual a democracia só conseguiu imunizar os filhos da classe média e alta, nunca os filhos dos pobres. Um traço muito persistente de nossa cultura, dizem os conformados. Preço a pagar pelas vantagens da cordialidade brasileira. “Sabe, no fundo eu sou um sentimental (...) Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar / Meu coração fecha os olhos e sinceramente, chora”. (Chico Buarque e Ruy Guerra)

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. (2008). *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das Letras.

DEJOURS, C. (2000). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

DOVE, P. (2005). “Narrativas de Justicia y Duelo: Testimonio y Literatura del Terrorismo de Estado em el Cono Sur” In: *Escrituras, Imágenes y Escenários ante la Represión*. Buenos Aires, Siglo XXI.

FERNANDES, F. (1977). *Circuito Fechado – Quatro ensaios sobre o Poder Institucional*. São Paulo, Hucitec.

JOFFILY, O. R. (2005). *Esperança Equilibrada – Resistência Feminina à Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

KEHL, M. R. (2010). Tortura, por que não? *Jornal O Estado de S.Paulo*, edição de 1 de maio de 2010.

KOLTAI, C. (2002). Uma questão tão delicada. *Revista Psicologia Clínica – Linguagem e Subjetividade*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2.

MILLER, A. (1982). *The Crucible – Penguin Plays (As Bruxas de Salem)*. Nova Iorque.

TODOROV, T. (1995). *Em face do extremo*. Campinas, Papirus.